

Negros e educação no Brasil: uma entrevista com o coração de uma militante acadêmica

Iolanda de Oliveira*

Palavras-chave: Oliveira, Iolanda de – Entrevistas. Mulheres na educação. Negras.

O cenário de partida é o Estado do Rio de Janeiro. Pedagoga e mestre em Educação por esta universidade, o que seguiu à experiência como normalista em Três Rios (RJ), doutorou-se no Instituto de Psicologia da USP. Idealizadora e articuladora central da criação do Programa de Educação Sobre Negros na Sociedade Brasileira (Penesb/1995) na UFF, atualmente é professora associada na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Instigada pelo sentimento plantado quando, ainda nos anos 1980, leu Carlos Hasenbalg em *Estrutura social, mobilidade e raça*, perscrutou a ausência dos negros nos patamares mais avançados da escolarização, como a quase absoluta negação do debate sobre relações raciais como parte da dinâmica social na universidade. Suas palavras expressam a resistência de uma mulher educadora, negra, dotada de uma percepção original acerca dos processos de intervenção para o enfrentamento do racismo nos mais diversos espaços sociais.

Revista *Perspectiva*: Professora Iolanda de Oliveira, neste 14 de maio de 2010, primeiramente agradeço a gentileza e a solidariedade com a publicação desta revista. Importa dizer que essa entrevista resulta da sua atuação num tempo em que Santa Catarina e a UFSC sequer imaginavam que a universidade devesse contemplar o tema das relações raciais como parte do fazer científico. Por meio desta entrevista, buscamos contribuir para compreender a história do movimento da educação sobre as relações étnico-raciais no Brasil, como parte de um dossiê que envolve o tema educação

* Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Departamento Sociedade Educação e Conhecimento.

e diversidade. O Penesb, que expressa sua própria história, é anterior ao amplo movimento dos anos 2000, quando é construída uma agenda pelo Estado brasileiro; a Lei 10.639/03 é um marco, o edital Uniafro¹, a criação da Seppir (Secretaria Especial de Políticas para Promoção de Igualdade Racial), da Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC), como conjunto de iniciativas que, de um lado, fazem aquilo que é da política de Estado fazer, pautar, instigar, difundir, provocar, apoiar e, de outro lado, em face dessas iniciativas, encontram outros grupos que já atuavam às vezes sem referendo e/ou subsídio institucional público. Qual lhe parece o impacto de tudo isso para a luta na educação do ponto de vista de firmar a agenda da discussão de que as relações raciais integram o fenômeno educativo?

Iolanda de Oliveira: Eu vejo o seguinte: nós começamos aqui em 1995 [refere-se ao grupo com quem construiu o Penesb], nós estávamos assim: era um dos primeiros programas com cursos dessa natureza.² A Cândido Mendes tinha, mas só África, o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO; Salvador Bahia, 1959), não tinham um tipo de curso dessa natureza. Nós nos voltamos realmente para a educação. Mas estávamos um tanto isolados, solitários. A despeito das críticas que nos foram feitas de parte de alguns intelectuais por aceitarmos o financiamento oriundo de um país pretensamente hegemônico, foi com tal financiamento que tivemos a possibilidade de iniciar e dar visibilidade ao que idealizamos, sem nenhuma imposição da entidade financiadora, com a qual mantivemos, durante todos os anos, um diálogo que enriqueceu a ambos: Penesb/Fundação Ford. Sentia, entretanto, falta de apoio nacional para o nosso trabalho, e então, em 2004, por meio da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), já com um significativo número de NEABs, no III Copene em São Luiz, foi elaborado um documento, posteriormente encaminhado ao Ministro da Educação, surgindo então o Edital Uniafro, ao qual os NEABs passaram a se submeter anualmente para conseguir recursos oriundos do MEC/Secad para a realização das suas atividades.³ A avaliação de que o Estado brasileiro deveria assumir esse trabalho como política pública foi o ponto de partida para tal conquista. Temos a grande satisfação e mesmo orgulho de afirmar que participou da elaboração do documento, posteriormente encaminhado ao Ministro, um bolsista do Penesb, estudante de Direito, Fábio Roberto de Oliveira Santos, hoje

defensor público do Estado de Rondônia, em Porto Velho, após concurso público. O bolsista participou do III Copene, após ter aprovada, pelo respectivo comitê do evento, comunicação encaminhada sobre aspectos jurídicos das ações afirmativas. Nós levamos nossos alunos, e o Fábio, como estudante de Direito em final do curso, teve uma participação mais efetiva no evento e na produção do documento que deu origem ao edital Uniafro. Nós achávamos que isso era necessário. Essas políticas vieram nos apoiar e dar uma visibilidade nacional à questão do negro. Elas são importantíssimas, porque a sociedade brasileira da década, dessa primeira década (dos anos 2000), é diferente do início da década de 1990, mesmo na segunda metade, em 1995, quando iniciamos as atividades do Penesb. Era muito diferente. Nós começamos com o apoio da direção e de muitos professores, que participaram como orientadores de monografias do curso de pós-graduação *lato sensu* que, além de abordarem a questão negra, mantinham interface com as linhas de pesquisa por eles desenvolvidas ou em desenvolvimento. Entretanto, a presença mais expressiva de negros na Faculdade de Educação foi vista com estranhamento de parte de alguns, mesmo professores, a ponto de sermos interrogadas: “O que está acontecendo, que tem tanto preto aqui?”. A presença majoritária de negros se fazia sentir nas turmas dos cursos ministrados pelo Penesb, maioria esta que se mantém até as últimas turmas do ano em curso, a despeito de se ter comprovado, por meio da pesquisa intitulada “Cor e magistério”, publicada em livro com o mesmo nome em 2006 pela Editora Quartet, que o magistério brasileiro é majoritariamente feminino e branco. Houve uma prevalência de participação de negros, a despeito de o critério cor não ser considerado na seleção, porque a questão das desigualdades raciais, o trabalho pedagógico antirracista é um trabalho a ser realizado por todos os profissionais do magistério, os quais deverão se comprometer com a equidade racial. O final da década de 1990 e o início da década que se finda são marcadas pelo reconhecimento, de parte do governo brasileiro, das desigualdades raciais oriundas do racismo, quer seja individual e principalmente institucional, e de políticas para promover a igualdade racial, que, sem dúvida, contribuem para intimidar o racismo, a despeito da presença de intelectuais racialistas/racistas que mantêm uma posição no sentido de preservar as desigualdades raciais. As políticas públicas estabelecidas nos referidos períodos contribuíram para colocar a questão

negra na pauta das discussões nacionais, e, sem dúvida, ainda que estejamos muito distantes da desejada equidade racial, o alcance deste ideal está, hoje, menos distante do que no início da década de 1990. As repercussões destas políticas são hoje visíveis em todos os espaços de atuação humana: no nosso cotidiano, na sociedade civil e nos meios acadêmicos, mas ainda muito distantes no que se refere à igualdade racial nos setores sociais, cujos dados comprovam que as disparidades raciais são ainda muito perversas.

Revista *Perspectiva*: Há, então, uma configuração de uma agenda relacionada à presença dos negros no Brasil. Você acha que isto fortaleceu a articulação com o movimento com foco nas relações raciais – ainda que disperso – na Educação?

Iolanda de Oliveira: Sem dúvida que se teve o fortalecimento dos grupos que tratam da questão negra, tanto nos meios acadêmicos quanto na sociedade civil. Por exemplo, as determinações legais, para reformulação dos currículos de todos os níveis de ensino para a incorporação de conhecimentos sobre o negro, causaram um grande impacto, principalmente nos profissionais da Escola Básica, com uma repercussão ainda muito pequena nas universidades. Uma das minhas preocupações é com a pouca repercussão da produção acadêmica na sociedade civil e, particularmente, na Educação Básica. Por exemplo, quando criamos o Penesb, em 1995, na Universidade, sabíamos que a questão racial era um fator determinante do fracasso dos negros na educação escolar e já tínhamos disponíveis teorias pedagógicas e de currículo que propunham uma educação antirracista, as quais fundamentaram a nossa proposta. Tínhamos também teorias sobre o papel social das universidades que também respaldaram o nosso trabalho. Entretanto, somente as determinações legais mais recentes provocam um impacto significativo, principalmente nas escolas. Esta constatação é preocupante porque nos permite inferir que a universidade não está cumprindo o seu papel social no sentido de disseminar os conhecimentos por ela produzidos que contribuem para fortalecer a argumentação da sociedade civil na reivindicação de políticas públicas para promover a equidade racial.

Revista *Perspectiva*: Então, podemos dizer que vivemos, a partir dos anos 2000, a construção de novas articulações antirracismo, nas quais a academia passa a integrar uma força substantiva?

Iolanda de Oliveira: Sem dúvida que, pressionada pelos ganhos principalmente do movimento negro junto ao poder público, a universidade timidamente se transforma, ao inserir no seu interior atividades e programas que tratam da questão negra em suas diferentes funções, mas a articulação entre a universidade e o movimento negro ainda é muito incipiente. O professor Kabengele Munanga salienta, em uma de suas produções, que universidade e movimento negro devem ter uma relação como “vasos comunicantes”. Entretanto, a despeito dos avanços, a relação academia/movimento negro e vice-versa ainda está muito distante do desejável. Percebe-se, por exemplo, o significativo crescimento das produções acadêmicas sobre o negro, o aumento de espaços para tais discussões como: NEABs, ABPN, GT 21c da Anped, as quatro edições do concurso Negro e Educação, a criação de cursos e de linhas de pesquisa sobre a questão negra nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mas o acesso e a disseminação dos conhecimentos produzidos sobre a questão ainda são muito restritos, o que compromete a apropriação de tais conhecimentos de parte da população que não é iniciada na linguagem acadêmica e que necessita da mediação do movimento negro em relação a este aspecto, para fortalecer as suas reivindicações e participar mais efetivamente das decisões públicas que afetam as suas vidas.

Revista *Perspectiva*: Pode-se afirmar, outrossim, que a afirmação de uma agenda antirracista na educação impõe desafios para criar condições para o desenvolvimento de projetos. Por exemplo, para o desenvolvimento dos projetos acresce mais uma função para todos, que é a da gestão?

Iolanda de Oliveira: Sim, a gestão é um aspecto fundamental para que tais políticas se concretizem. São os gestores que deverão se responsabilizar pela garantia da realização dos aspectos legais determinados, a fim de que estes se concretizem e não permaneçam apenas como valores declarados e não reais. A questão da gestão da educação por órgãos públicos e a burocracia impedem, não raro, a realização das atividades previstas, porque a questão burocrática é colocada em primeiro plano, atropelando o trabalho e consumindo muito tempo para resolver determinadas questões cuja desburocratização deveria ser pensada pelos gestores, o que, na maioria das vezes, não ocorre. A falta de funcionários com o devido preparo e comprometimento com a qualidade das suas funções como atividades meio, e com o devido respeito e

compromisso com a garantia da realização das atividades fins, constitui um problema que compromete a qualidade do trabalho dos gestores, ainda que haja intencionalidade de fazer o que garante a operacionalização das leis.

Revista *Perspectiva*: E a questão das representações sobre as mais distintas facetas da vida em sociedade? Elas se cruzam nas dinâmicas, inclusive as acadêmicas! Por exemplo, as combinações de crenças, de interpretações que circulam na agenda que a educação tem hoje com temas da presença negra no Brasil, na ótica do reconhecimento?

Iolanda de Oliveira: As representações criadas no imaginário social brasileiro sobre o negro, as quais causaram e causam sobre a vida das populações negras brasileiras e sobre o seu imaginário danos extremamente graves, estão hoje um tanto abaladas; abalos estes que as intimidam a desaparecer, mas tanto as representações oriundas dos significados sociais atribuídos ao fenótipo negro quanto as oriundas da cultura de matriz africana ainda são muito fortes.⁴

Revista *Perspectiva*: Você diria, hoje, professora Iolanda, que nós temos boas perspectivas de formação de profissionais de educação na ótica do reconhecimento da dimensão racial como parte da educação? Você considera que a gente pode olhar em perspectiva de continuidade, com todos esses percalços, como a burocracia, e ainda o racismo que está no tecido da sociedade? O que você vê como perspectiva?

Iolanda de Oliveira: Eu digo o seguinte: nós temos uma lei, mas ainda não começamos a implementá-la. O Penesb trabalha há 15 anos, e apesar da comprovada qualidade do trabalho realizado, quantitativamente, diante do quadro de professores da Escola Básica, este trabalho é extremamente reduzido.⁵ Os NEABs estão realizando trabalhos sobre a formação continuada de profissionais do magistério, algumas ONGs também investem nesta questão, mas considero tudo o que vem sendo realizado algo quantitativamente pouco relevante diante do elevado número de profissionais em exercício na Escola Básica, dois milhões, aproximadamente, devendo-se considerar também as disparidades regionais em relação ao nível de qualificação de tais profissionais. Paralelamente, a questão qualitativa também precisa ser considerada. Em consequência de tais fatores e por motivo de ser evidenciada, de parte do poder público, a ausência da ousadia necessária para que a formação considerada atinja todos os profissionais

da Escola Básica em exercício, ousamos dizer que tal formação ainda não foi iniciada. Tal decisão implicaria em uma ousada política de formação continuada de docentes. Diante da dimensão do problema, fazemos o seguinte questionamento: que políticas foram estabelecidas para que todos (esses) professores acessem a esses conteúdos? Ninguém pode ensinar o que não sabe. A legislação, por si só, bem como as teorias sobre a questão não garantem que elas se concretizem. É preciso que o MEC assuma a liderança da questão e junto com os Estados, Municípios e o Distrito Federal elaborem e executem um plano de formação continuada em educação para as relações étnico-raciais, determinando prazos para atingir todos os profissionais do magistério em exercício nas escolas públicas brasileira. Sem dúvida que os planos deverão ser diferenciados para atender às particularidades locais. Para dar conta desta tarefa, não se podem restringir as iniciativas em decorrência dos editais da Secad, cuja política é válida, mas muito tímida para atingir o público destinatário da formação contemplada pelo órgão citado. Esta deverá continuar de modo paralelo a iniciativas com uma dimensão maior. Por outro lado, a referida formação deverá incorporar diferentes modalidades, ou seja, presencial, semipresencial e a distância; incluída, principalmente, na jornada de trabalho dos profissionais docentes, sob a forma de formação continuada em serviço, sem descartar outros tipos de formação, ou seja, os planos deverão ter em vista, também, a liberação parcial ou total para a realização de cursos fora da instituição em que atuam. A formação inicial é também uma questão a ser resolvida, para que os egressos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas estejam em condições de realizar um trabalho qualificado ao ingressarem no mercado de trabalho. Após ter aprovado uma disciplina optativa no currículo do curso de Pedagogia, intitulada “Raça, currículo e práxis pedagógica”, o colegiado do curso de Pedagogia da UFF aprovou como obrigatória a disciplina “Educação e relações étnico-raciais” no currículo do curso de Pedagogia, ministrada com sucesso no primeiro semestre de 2010. Entretanto, nos cursos de licenciatura, tais estudos não são garantidos, ocorrendo somente por iniciativa particular de alguns professores que reconhecem a importância do tema para a formação docente. Em relação às instituições particulares, o Estado deverá exigir que as políticas citadas sejam estabelecidas com os seus próprios recursos. A escola pública é da alçada do Estado (governos federal, estadual, municipal e Distrito Federal), daí, sim, devem garantir essa formação. Eles são mantenedores.

Entretanto, na maioria dos casos, os professores que frequentam os cursos oferecidos pelo Penesb o fazem por decisão própria, sem nenhum apoio da mantenedora, que é o Estado. Os docentes que acumulam dois cargos, que são a maioria, frequentam os cursos depois de uma jornada de trabalho dupla, enfrentando o conturbado trânsito em um grande centro urbano. Para a rede pública, proponho que a universidade seja responsável pela formação de multiplicadores, e cada mantenedora, em seus diferentes níveis, organize equipes multidisciplinares itinerantes, para atuarem nas escolas que se concentram em espaços físicos próximos. Deste modo, se manterá o vínculo necessário entre a Universidade e a Educação Básica.

Revista *Perspectiva*: E as políticas de cotas no Ensino Superior?

Iolanda de Oliveira: As políticas de cotas no Ensino Superior consistem em uma conquista possível nesta década que termina, sendo muito significativa no sentido de caminhar na busca da igualdade racial na universidade. Entretanto, a despeito do número de universidades públicas que incluíram tais políticas, estas ficaram restritas a decisões internas das instituições, não sendo ainda uma política de Estado nem de governo. Quando, no início da década, estava colocada a discussão sobre a política de cotas nas universidades e o Prouni, este programa foi a princípio implementado por meio de uma medida provisória e posteriormente transformada em lei, enquanto as políticas de cotas permaneceram até o momento atual, sem transformar-se em uma política nacional. Ficando a critério da iniciativa das instituições públicas de Ensino Superior, em sua maioria, fica atrelada à questão socioeconômica, cometendo o grave equívoco de atrelar a questão racial à questão de classe, como se aquela fosse um subproblema de classe social. Ignora-se, nestas políticas, a autonomia da raça em relação à classe social, sem atentar para as particularidades da questão racial. As medidas [institucionais] para eliminar ou atenuar as desigualdades socioeconômicas não dão conta das questões das desigualdades raciais, cuja autonomia é comprovada em nosso cotidiano. A aprovação do Prouni é uma medida que atende a interesses privados utilizando recursos públicos para manter instituições privadas, ao invés de utilizar as verbas para ampliar as universidades públicas e possibilitar que um maior número de estudantes negros interrompam sua trajetória escolar de baixa qualidade em uma escola pública básica e possam ter acesso a um ensino público de nível superior que, a despeito dos longos

períodos em que as tentativas de sucateamento se fazem presentes, ainda consegue manter um trabalho de boa qualidade. Entretanto, aos negros é mantida uma trajetória escolar que mantém a baixa qualidade na Escola Básica, baixa qualidade esta que os persegue pela oferta de oportunidades no Ensino Superior privado, que somente através de poucas exceções garante um ensino de qualidade. Por outro lado, os brancos que compõem majoritariamente a classe média e frequentam escolas particulares cujo ensino é considerado de boa qualidade, por terem o compromisso de preparar para a universidade, acessam majoritariamente a universidade pública, principalmente nos cursos considerados de prestígio social e com os melhores salários, nos quais a presença negra é mínima ou completamente ausente. É importante salientar que, ao contrário do que é divulgado nacionalmente através dos resultados do ENEM, tais escolas são de qualidade duvidosa, porque o que é tomado como parâmetro é a capacidade de preparar para a universidade. Entretanto, a rigor, uma escola de boa qualidade busca alcançar os objetivos próprios de cada nível de ensino, com vistas a uma formação plena dos sujeitos da educação. É preciso, portanto, determinar o que significa e o que caracteriza uma boa educação, que não pode se restringir à preparação para o ensino subsequente. Uma boa educação é aquela que garante ao sujeito o acesso a conteúdos, isto é, a conhecimentos, valores, hábitos e habilidades que explicam a sua condição na sociedade, para que ele possa interferir nela, nos fatores que impedem a promoção da equidade social e em particular racial, com o propósito de transformá-la colocando-a a serviço do bem-estar geral. É preciso atentar para a seguinte questão: para garantir o bem-estar geral, no caso da diversidade humana e em particular da diversidade racial, há necessidade, não raro, de realizar políticas de ação afirmativa, no sentido de promover os grupos que estão em situação de inferioridade para equiparar-lhes aos grupos que se encontram em uma condição privilegiada. Nestes casos, é possível e desejável promover de modo concomitante as políticas de caráter universal e as políticas particularmente orientadas para reparar danos provocados pela sociedade a determinados grupos que foram colocados em condição de inferioridade. É importante salientar que uma política educacional de qualidade, dentro dos parâmetros expostos, naturalmente prepara para o nível de ensino subsequente, sem que esta seja uma preocupação primeira tal como ocorre nas impropriamente denominadas boas escolas particulares. As cotas são,

hoje, uma das conquistas possíveis no sentido de promover a igualdade de diferentes grupos, mas há ainda muito a conquistar. Sendo uma das modalidades das políticas de ação afirmativa, tais políticas deveriam ser determinadas para períodos; previstas, por exemplo, para um período em que a equidade racial na educação perseguida por meio de políticas de caráter universal tivesse alcançado o seu propósito, colocando negros e brancos em igualdade de condições, e não somente de oportunidades diante das suas possibilidades de acessar a universidade. Entretanto, estando o poder público desprovido de sinais que apontam a melhoria da Escola Básica pública, as políticas de cotas tendem a permanecer, porque, paralelamente a elas, o sistema de ensino público continua a colocar na sociedade egressos que só poderão ingressar na universidade por meio das ações afirmativas. Esta política, entretanto, não compromete a qualidade das instituições nas quais ingressam, em primeiro lugar porque atendem aos critérios determinados pelas instituições, e no seu interior os cotistas têm comprovado desempenho igual ou superior aos não cotistas. Portanto, o denominado mérito, mesmo não relativizado, não tem sido comprometido. Podemos, então, interrogar aos intelectuais que são contrários a tal política: qual o inconveniente das cotas e de outras formas de políticas de ação afirmativa para negros, se não “o de colocar pretos e pardos em condições intelectuais equiparáveis” e de dialogar com os mesmos em condições intelectuais equiparáveis?

Revista *Perspectiva*: Algumas palavras pra encerrar esse testemunho de quem é uma das nossas mais valiosas militantes, desde os próprios conflitos entre avançar na formação acadêmica e os questionamentos dos interlocutores do movimento social negro às exigências atuais da dinâmica acadêmica.

Iolanda de Oliveira: O movimento negro está, hoje, menos distante da academia do que em décadas anteriores, mas, mesmo assim, a sua articulação precisa ser menos conflitante. Hoje, os conflitos são menos intensos, mas, para otimizar as conquistas e avançar, é preciso que haja o estreitamento entre estes dois segmentos. Destaca-se, nesta articulação, a presença cada vez maior de militantes negros na academia, nos cursos de mestrado e doutorado, principalmente em Ciências Sociais e Humanas. Pesquisadores sobre a negritude em todas as áreas presentes

nas universidades abrem espaços para tais estudos, o que provoca o avanço nesta articulação. Movimentos oriundos tanto do movimento negro quanto da universidade se unem para promover o alargamento de espaços que contribuem para a promoção do negro. Quando assumi a coordenação do atual GT 21 da Anped, no início desta década, desejei muito a aproximação entre este GT e a ABPN, e posteriormente dos NEABs. Contudo, naquele momento, os desencontros eram muito acentuados. Entretanto, em 2010, os três grupos se reuniram em Brasília para discutir uma agenda comum, com uma perspectiva de articulação política muito positiva.

Encerramos este testemunho acadêmico com uma declaração emblemática, após longa fala com exemplos diversos sobre como jovens negros respondem à discriminação racial.

Iolanda de Oliveira: Professor fala muito, não é? Já não sou jovem, tenho uma trajetória longa, e aí tem muita coisa. O interessante é que há muitas coisas que marcam a vida da gente, que fazem parte do nosso percurso e que a gente não esquece de forma alguma.

Notas

- 1 O Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro) foi criado pelo Ministério de Educação (Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008) com o objetivo de apoiar financeiramente instituições de Educação Superior para o fomento de ações voltadas à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica e elaboração de material didático.
- 2 Conta que no início da década dos anos 1990 é que tomou força coletiva a constituição do núcleo. Isto ocorreu com o apoio contundente – e decisivo – da então diretora da Faculdade de Educação, profa. dra. Nilda Alves, juntamente com as professoras Maria Lúcia Rodrigues Müller, Ângela Siqueira e com Moema de Poli, vinculada ao IBGE e que fazia sua pesquisa de doutorado sobre dados de alunos e professores negros na universidade. O projeto foi tomando corpo com a convicção das suas proponentes, com o apoio da direção, foi aprovado nos departamentos,

passou no Centro de Estudos Sociais Aplicados e foi aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, sendo criado em agosto de 1995.

- 3 Nesta perspectiva de institucionalização do trato das educação dos negros no Brasil, cite-se também a criação do Grupo de Estudos Afro-brasileiros e Educação, posteriormente Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais, na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação e o concurso Negro e Educação organizado pela ONG Ação Educativa e ANPEd, financiado pela Fundação Ford. Tais ações estão no centro da articulação entre universidades, sociedade civil organizada, com destaque para o movimento negro.
- 4 Resulta de tal dinâmica a característica das instituições, a universidade entre elas, como “espaço branco” do ponto de vista político-cultural, onde se necessita, segundo sua própria experiência acadêmica, “garimpar” as parcerias. Relacionado a esta questão, em outro momento, dra. Iolanda discute os desafios dos estudantes que ingressam por cotas em cursos de graduação, em face da discriminação e refere ao argumento do antropólogo Kabengele Munanga na sua obra *Negritude: usos e sentidos*: “...ele fala que há duas maneiras de o negro responder à discriminação racial. É ele decidir se a questão é tornar-se branco e lutar pelo branqueamento ou assumir-se negro e ter consciência da essência da discriminação racial.”
- 5 O Penesb, com sua dinâmica interna e em sua face mais visível, os cursos gratuitos, o Censo Étnico-racial na UFF em 2003, as publicações e os seminários nacionais, foi e é um magnífico laboratório para a compreensão e a socialização sobre a dinâmica das relações raciais no Brasil e de como isto impacta a educação do segmento negro em nossa sociedade.

Iolanda de Oliveira

Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados
Departamento Sociedade Educação e Conhecimento
Rua Visconde do Rio Branco, s/n
Campos Gragoatá-São Domingos
CEP: 24020-000
Niterói-RJ
Telefone: (21) 26292689